

Moïse Mugenyi Kabagambe, refugiado congolês de 24 anos, foi torturado e morto, no dia 24 de janeiro, na orla da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Alguns policiais foram os responsáveis diretos pelo brutal assassinato, outros policiais se negaram a tomar qualquer atitude diante da brutalidade, outros policiais ainda foram intimidar a família de Moïse, e outros policiais tentam abafar o caso e retardar as investigações.

Não trata-se de um caso isolado, nem algo ligado a apenas um governo. Muito longe disso. As torturas e os assassinatos de pessoas negras são práticas muito presentes no cotidiano brasileiro. Normalmente quando a pessoa é negra, os policiais brasileiros sentem-se autorizados a agir com violência e brutalidade.

A população negra no Brasil é uma população historicamente despossuída, inclusive despossuída do corpo. São diversos mecanismos de domesticação da população negra e diversas barreiras impedem que pessoas negras tenham sua dignidade reconhecida e respeitada.

Não é permitido que o negro seja atrevido, todo negro tem que “reconhecer o seu lugar”. O lugar dos pretos ainda é no samba, no carnaval, no futebol, no presídio, e um pouco nos meios de comunicação, mas somente para falar superficialmente de racismo e sem entrar em conflito com os interesses da elite e do mercado financeiro.

Em determinados ambientes frequentados pela elite brasileira, as pessoas negras só entram com uniforme de serviço e com a cabeça baixa. Quando uma pessoa negra ocupa uma posição destinada à elite, posição de destaque e de autoridade, é exigido que ela se comporte de forma complacente. Ela precisa “ser humilde”, precisa demonstrar o tempo todo que não é merecedora e que só está em tal posição porque a elite branca permitiu.

Como a grande Elza Soares (1930-2022) cantava: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Aqui no Brasil, um policial se achou no direito de pisar no pescoço de uma mulher comerciante na periferia de São Paulo, um policial se achou no direito de algemar o jovem Jhonny Ítalo da Silva em sua moto e arrastá-lo pelas ruas de São Paulo, policiais se acharam no direito de incriminar o jovem Rafael Braga Vieira que portava um desinfetante, doze soldados militares se acharam no direito de descarregar mais de 250 tiros em direção ao carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, seguranças do supermercado Carrefour se acharam no direito de espancar e matar João Alberto Silveira Freitas.

São inúmeros os exemplos de pessoas negras desrespeitadas, agredidas, torturadas, presas injustamente e mortas todos os dias. Normalmente os responsáveis estão diretamente ligados a forças policiais e a instituições estatais.

Não podemos tratar o caso de Moïse como mais um caso isolado ou como um problema somente do atual governo. A sociedade brasileira e a comunidade internacional devem cobrar ações imediatas e efetivas, o Estado brasileiro em todas as suas instâncias tem a obrigação de tratar a população negra, pobre e periférica com dignidade e respeito.

Referências:

Fiorotti, S. *Por que desqualificar as manifestações contra Bolsonaro?* In: A Pátria, Funchal, 09 jun. 2020.

Fiorotti, S. *Lei paulista de liberdade religiosa beneficia evangélicos e não enfrenta a intolerância religiosa.* In: A Pátria, Funchal, 30 nov. 2020.